

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDULO DA SUPERANÇA OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE
CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

CAPÍTULO 15

INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 12/07/2020

Maria Elza Soares da Silva

Teel Consultoria em Desenvolvimento de
Negócios Sustentáveis
Teresina - Piauí
<http://lattes.cnpq.br/0431712031713618>

Cristiane Lopes Carneiro d'Albuquerque

Universidade Federal do Piauí, Colégio Técnico
de Teresina
Teresina - Piauí
<http://lattes.cnpq.br/1425349776875552>

Luzineide Fernandes de Carvalho

Universidade Federal do Piauí, Colégio Técnico
de Teresina
Teresina - Piauí
<http://lattes.cnpq.br/1073786165639165>

Boanerges Siqueira d'Albuquerque Junior

Universidade Estadual do Piauí, Centro de
Ciências Agrárias
Teresina - Piauí
<http://lattes.cnpq.br/9362801162546562>

RESUMO: A extensão rural tem sido um dos desafios na implementação de políticas públicas agrícolas com foco na diversificação dos meios de vida rural para a agricultura de base familiar. Este capítulo se propõe a refletir sobre as estratégias de inclusão produtiva dos agricultores familiares no programa do biodiesel e os efeitos sociais, econômicos e culturais das práticas adotadas pelo modelo de extensão rural introduzido pelo programa no sul do Piauí. Nessa investigação,

adotamos a observação participante e realização de entrevistas junto aos agricultores aderentes ao programa no sul do Piauí. A partir das análises foi possível inferirmos que as atividades de extensão rural desenvolvidas pela usina desconsideraram os saberes dos agricultores parceiros, provocando assim, conflitos e resistências a um calendário produtivo voltado, exclusivamente, para o mercado do biodiesel. Os diferentes resultados provocados pelo modelo de produção de agrocombustíveis com a participação da agricultura familiar mais vulnerável, reacendeu antigas questões sobre os prejuízos socioeconômicos e culturais decorrentes de uma extensão rural insensível às práticas de cultivos tradicionais e que dificultam a inclusão produtiva sustentável da agricultura familiar em mercados mais competitivos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Resistência, Extensão rural.

PRODUCTIVE INCLUSION: A LOOK AT RURAL EXTENSION IN THE BIODIESEL PROGRAM IN PIAUÍ

ABSTRACT: Rural extension has been one of the challenges in implementing public agricultural policies with a focus on diversifying rural livelihoods for family-based agriculture. This chapter describes how to reflect on the strategies for including family products in the biodiesel program and the social, economic and cultural effects of the practices adopted by the rural extension model introduced by the program in southern Piauí. In this investigation, we adopted participant observation and interviews with participants participating in the program in southern Piauí. From the analysis, it was possible to infer that the rural extension activities used

by the plant disregard the flavors of investors, thus causing conflicts and resistance in a productive calendar focused exclusively on the biodiesel market. The different results brought about by the agrofuel production model with the participation of family farming more vulnerable to reactivating old questions about socio-economic and cultural damage, a rural extension insensitive to traditional farming practices and which hinder the sustainable productive use of family farming in more markets competitive.

KEYWORDS: Public policy, Resistance, Rural extension.

1 | INTRODUÇÃO

A crescente demanda mundial por agrocombustíveis como alternativa aos combustíveis fósseis contribuiu para que o Brasil lançasse no ano de 2004 o Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel- PNPB, uma política nacional de uso e produção de biodiesel para atender a demanda da matriz energética brasileira, bem como, reduzir a pobreza no campo com ações de estímulo inclusão produtiva da agricultura familiar no mercado do biodiesel.

No desenho original do PNPB definiram como meta social inicial a inclusão de 200 mil agricultores familiares no mercado do biodiesel com prioridade para as regiões Norte e Nordeste, consideradas menos desenvolvidas e com maior concentração de agricultores familiares vulneráveis social e economicamente.

No Brasil, os agrocombustíveis tornaram-se alvo de políticas públicas por apresentar possibilidades de minimizar os impactos negativos no meio ambiente, gerar inclusão social dos agricultores familiares pobres e com pouca inserção no mercado, sobretudo, nas regiões consideradas menos desenvolvidas.

O Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel – PNPB foi criado com vistas a: 1) Reduzir as importações de diesel e, portanto, gerar divisas para o País; 2) Implantar um programa sustentável, com inclusão social por meio da geração de emprego e renda para agricultura familiar; 3) Aumentar a competitividade e qualidade do suprimento; 4) Diversificar as matérias-primas, explorando as potencialidades regionais, para Produção do biodiesel.

Para Abramovay (2013) o PNPB representa um mercado que começa a se formar a partir de uma intervenção governamental que estimula a participação de agricultores familiares em sua matriz produtiva e que pretende incentivar o uso de matérias-primas até então pouco empregadas.

Para materializar a participação da agricultura familiar no programa, o Governo instituiu a instrução normativa Selo Combustível Social - SCS. As usinas que recebem o SCS usufruem de benefícios fiscais, participação especial nos leilões e financiamento de projetos de desenvolvimento pelo BNDS. Como contrapartida, as usinas são obrigadas a comprar um percentual mínimo de matéria prima oriunda da agricultura familiar e prestar-lhes serviços de assistência técnica e extensão rural gratuita.

Estudos anteriores que trataram da implementação do Programa do Biodiesel abordaram variáveis como: baixa escolaridade dos agricultores, pouca capacidade de escala de produção, fatores climáticos, ausência de capital social, dentre outros, para justificarem as dificuldades enfrentadas para o alcance da meta social do programa. Todas essas variáveis, de fato, podem ter contribuído para a baixa participação e permanência da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. Portanto, não podemos perder de vista que tais pesquisas negligenciaram o debate sobre o modelo conservador de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER adotado pela usina, como importante variável para a compreensão dos diferentes resultados alcançado pelo programa do biodiesel, em especial, nos estado do Piauí.

Para a compreensão multidimensional da extensão rural no âmbito do PNPB, tomamos como referência empírica a experiência vivenciada pelos agricultores familiares do Núcleo de Produção Comunitária Santa Clara – NPSC, localizado no município de Canto do Buriti na região Sul do Piauí. Para a instalação do projeto de produção de mamona do NPSC, o Governo do estado do Piauí doou 36 mil hectares de terras agricultáveis para a iniciativa privada assentar 639 famílias na condição jurídica de parceiros rurais.

As famílias assentadas vivenciaram o dissabor de terem que abandonar, temporariamente, seus modos de vida para se dedicarem a estratégia de implementação de um modelo de produção voltada, exclusivamente, para o mercado dos agrocombustíveis. Um mercado altamente competitivo e especializado, dominado pelas grandes corporações do agronegócio. E nesse contexto da produção em grande escala para atender ao mercado do biodiesel, os agricultores foram submetidos a mudanças bruscas na forma como cultivavam seus roçados e como se relacionavam com o mercado. Essa experiência de produção foi marcada por conflitos de interesses entre o desejo de produzir para o autoconsumo e a necessidade de produção em escala comercial.

Nossa reflexão está dividida em três partes, além dessa introdução e conclusões. Na primeira contemplamos uma breve exposição sobre a política nacional do programa do biodiesel, bem como, sobre a singularidade desse assentamento que não está em consonância com o que conceitualmente se entende por assentamentos de reforma agrária no Brasil. Na segunda abordamos os percursos metodológicos empreendidos para a realização da coleta de dados que deram origem a esse artigo. Na terceira abordamos os conflitos gerados pela tentativa de integrar a agricultura de base famílias no mercado do biodiesel pela lógica do agronegócio com a adoção de práticas ATER convencional e insustentável para a agricultura familiar. E, por fim, as conclusões com os principais pontos de conflitos que emergiram dessa proposta de desenvolvimento rural e acesso ao mercado do biodiesel, tendo como principal porta de entrada, a parceria entre agricultores familiares e agricultura empresarial dos agrocombustíveis.

Assim, acreditamos que, ao debater sobre o modelo de extensão rural praticada pela usina do biodiesel no Piauí, lançaremos luzes para generalizações dessa mesma

problemática em outras regiões do país e, assim, contribuir para uma reflexão crítica das políticas públicas que pretendem fomentar a inclusão produtiva dos grupos sociais mais fragilizados que estão no meio rural brasileiro.

21 A POLÍTICA PÚBLICA DO BIODIESEL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O PNPB lançado em 2004 nasceu com a ideia de investir em alternativas para a substituição de combustíveis derivados do petróleo, desenvolver fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente e promover o desenvolvimento da agricultura familiar, particularmente nas regiões Norte e Nordeste.

O PNPB está sustentado por quatro forças motrizes: 1) a redução da importação de petróleo e derivados, o que é tanto econômica quanto geopoliticamente estratégico; 2) a mitigação das mudanças climáticas e a redução das emissões poluentes causadas pela combustão de óleo diesel; 3) a expansão agrícola; e 4) a inclusão social (MDA, 2005). Contudo, nessa pesquisa adentrou-se na compreensão do conjunto de estratégias para o alcance da dimensão social do programa do biodiesel, por ser este o objetivo mais propalado pelos agentes formuladores e implementadores da referida política pública.

A regulamentação do PNPB representou um marco nas políticas de produção de biocombustíveis no Brasil, uma vez que a formulação da política já previa a participação de um segmento importante da agricultura no Brasil que, de certa maneira, sempre foi negligenciado pelas políticas públicas rurais. Para a sua implementação, houve um esforço do Governo para mobilizar parcerias entre as indústrias processadoras do biodiesel e os agricultores familiares visando atender os percentuais de uso compulsório do biodiesel na matriz energética brasileira. Este empenho governamental se fez necessário porque o mote de sensibilização para a aprovação do PNPB foi de que se tratava de uma política energética com dimensão social, uma vez que, ao incluir os agricultores familiares pobres, sobretudo aqueles localizados nas regiões Norte e no Nordeste do Brasil, estaria de fato cumprindo com a promoção do desenvolvimento rural através da geração de emprego e renda.

Como estratégia para a implementação da dimensão social do programa, o Governo Federal criou um instrumento legal denominado Selo Combustível Social (SCS) através do Decreto Presidencial nº 5.297 de 06 de dezembro de 2005, que permite às empresas do setor dos agrocombustíveis se beneficiar da redução de impostos federais, condições mais vantajosas para o financiamento de projetos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, entre outros benefícios, quando comprovada a inclusão da agricultura familiar no mercado do biodiesel.

Para Abramovay (2009), a política do biodiesel não surge apenas como alternativa para diminuição dos efeitos poluentes com a redução de CO². Ela representa um avanço

em termos de políticas públicas para a agricultura familiar. De acordo com Abramovay (2009), com a criação do SCS o PNPB pretendia evitar que o mercado do biodiesel fosse dominado por apenas um produto (como a soja) e, conseqüentemente, pelas regiões que tradicionalmente são grandes produtoras dessa oleaginosa.

O Selo Combustível Social (SCS) era concedido pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA até o ano de 2018 e, atualmente, concedido pela Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo SEF/MAPA, a unidade industrial produtora de biodiesel que cumpre os critérios descritos nas suas normativas sobre o tema¹, e que confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF, uma política pública criada em 1996 com objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país e que atualmente está presente em todos os municípios brasileiros (MDA, 2005).

Para efeito de acesso à política do biodiesel são reconhecidos como agricultores familiares aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar econômica do seu estabelecimento ou empreendimento na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (MDA, 2016)

Em 2006 o Brasil deu um passo significativo com o reconhecimento da agricultura familiar como segmento produtivo com a aprovação da lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. A lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (MDA, 2016). Para a referida lei, os agricultores considerados familiares precisam receber de órgão competente um documento³ que lhes conferem o reconhecimento jurídico da categoria para fins de acesso a políticas públicas destinadas a esse segmento da agricultura. A lei consolida institucionalmente o programa, fazendo da existência de políticas específicas para a agricultura familiar um caminho sem volta, o que de toda forma já não era possível (MATTEI, p.7, 2010).

Como contrapartida destes benefícios concedidos pelo Governo através da concessão do SCS, os proprietários das usinas assumem a obrigação de celebrar previamente contratos de compra e venda de matérias-primas com os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, ou com suas cooperativas e com anuência de entidade

1. Atualmente a norma que estabelece regras para concessão, manutenção, renovação e cancelamento do Selo Combustível Social é a Instrução Normativa do MDA n° 01 de 19 de fevereiro de 2019.

2. É uma unidade de medida agrária expressa em hectares definida para cada município, dependendo do sistema de produção predominante. A depender do município, 1 Módulo Fiscal varia de 5 a 110 hectares.

3. Declaração de Aptidão para a Agricultura – DAP

representativa da agricultura familiar; assegurar extensão rural gratuita aos agricultores com contratos; e adquirir um percentual mínimo de matéria-prima destes para produção de biodiesel.

O biodiesel tornou-se um nicho de mercado interessante para a indústria dos biocombustíveis e desperta o interesse de investidores privados, sobretudo pelas facilidades de participação em leilões e outros benefícios que só seriam possíveis pela conquista do SCS. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis - ANP (2018), no Brasil existem 61 usinas produtoras de biodiesel aptas para operar e comercializar biocombustível e dessas 41 receberam o SCS (MDA, 2015). Inclusive, a empresa instalada no Piauí foi a primeira a receber a concessão do uso do SCS para operar na comercialização da produção de biodiesel em leilões prioritários para as empresas detentoras do selo.

O Governo do Estado do Piauí regulamentou por meio da Lei Estadual 5.333/2003 a doação de 36 mil hectares para fins de “reforma agrária privada”, utilizando-se de recursos da iniciativa privada. A infraestrutura construída pelos investidores de agrocombustíveis nas terras disponibilizadas pelo Estado deu origem ao funcionamento do projeto produtivo NPSC.

A proposta de funcionamento do projeto de produção de mamona para a extração do biodiesel dependia exclusivamente da força de trabalho das famílias assentadas na condição de parceiros rurais. Em troca, ao término do contrato com vigência de dez anos as famílias receberiam da empresa a titularidade correspondente a vinte e cinco hectares das terras prometidas⁴ no ano de 2014.

A parceria entre empresa e agricultores foi regulamentada pelo Contrato de Parceria Rural Agrícola, baseado na Lei de nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e pelo Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966 - o Estatuto da Terra. Nessa parceria a nova posição social do agricultor parceiro não é a de assentado, pois ele não possui o reconhecimento da política de assentamento rural, nem é a de proprietário porque não possui a titularidade dos lotes. A configuração de parceria rural originou novos desdobramentos na forma como esses agricultores passaram a se relacionar com o mercado, com a agroindústria e, sobretudo, com a produção em grande escala. Essa nova condição representou a perda da autonomia produtiva em relação ao que cultivar e comercializar, bem como o abandono de práticas adquiridas ao longo das suas gerações. A organização social manteve-se fundada no trabalho familiar, mas este deixou de ter um caráter local, de subsistência com comercialização do excedente, para inserir-se na produção (função) voltada ao mercado de combustível.

À luz destas observações, foi possível inferirmos que a parceria rural estabelecida no âmbito do NPSC está longe da situação clássica estudada por Antônio Cândido (1987) no livro "os parceiros do rio bonito", que, em linhas gerais, apresenta uma parceria de

4. A terra prometida, termo que tomo emprestado das narrativas dos informantes ao se referirem à situação de promessa de vinte e cinco hectares a cada família assentada ao término do contrato de parceria rural.

arrendamento, unindo parceiros e proprietários, num universo social em que as distâncias sociais e as distorções na gestão dos negócios são relativamente pequenas. Identificamos que a relação de parceria rural era um dos pontos conflitantes entre os agentes envolvidos pela incompatibilidade de interesses: de um lado o agronegócio demandando escalas de produção acima da capacidade da mão de obra dos agricultores parceiros, e do outro, os agricultores tensionando constantemente os formatos de relações de poder com extensionistas rurais, recusando-se a colocar em prática um calendário agrícola voltado exclusivamente para o mercado.

As expectativas das entidades governamentais e agroindústria envolvida na parceria com o NPSC eram de que a produção de matéria-prima com o uso da mão de obra familiar conseguisse atender toda a demanda da refinaria⁵ instalada com o uso de 40% dos recursos públicos no município de Floriano, Piauí. No entanto, tais expectativas foram frustradas, não apenas pela baixa produtividade da oleaginosa escolhida, mas também pela própria resistência dos agricultores em se dedicarem a cultivos não comestíveis. Sabe-se que para manter o interesse dos investidores dos agrocombustíveis em determinada parceria é preciso que eles tenham lucros. O não alcance da escala de produção necessária à manutenção das suas refinarias aumentou as tensões entre agricultores parceiros e a Agroindústria.

A busca por novas energias acabou se transformando numa atividade muito rentável para os investimentos do grande capital (HAUTART, 2010). O Brasil é um dos maiores produtores da agroenergia, com expressivos resultados na produção de etanol. Todavia, foi somente com o biodiesel que se pensou uma estratégia de mercado para um biocombustível com capacidade de incluir agricultores familiares e pobres excluídos da cadeia produtiva do etanol.

A verdade é que existe uma série de particularidades não mercantis que marca a lógica de produção da mamona (MATTEI, 2010; ABRAMOVAY, 2009; LUNARDI, 2011; GONÇALVES; FAVERETO; ABRAMOVAY, 2013). A estratégia do programa de incluir agricultores pobres a partir da cadeia produtiva da mamona desconsiderou algumas variáveis, tais como; o tamanho da propriedade, a organização social, a baixa escala de produção, os tratamentos culturais manuais, a relação mercantil dos agricultores com os atravessadores das indústrias ricinoquímica, dentre outras características.

Em suma, o quesito dimensão social da política pública do biodiesel com a inclusão da agricultura familiar no NPSC foi marcado por constantes tensões e conflitos gerados a partir da tentativa de articulação de dois segmentos historicamente antagônicos na pirâmide da agricultura brasileira - o agronegócio e a agricultura de familiar. Os agricultores assentados na condição de parceiros rurais, sempre estiveram à margem das ações do Estado. Ademais, quando o poder público estatal os convoca para incrementar uma

5. No ano de 2019 o Governo do Estado do Piauí anunciou que aportará recursos no montante de 60 milhões para reativar essa usina de biodiesel, sem mencionar as medidas sobre a regularização fundiária das terras do NPSC.

proposta de projeto produtivo que se propõe a distribuir terras ao final do contrato, esses agricultores enxergam ali a possibilidade de acesso à terra como proprietários para viabilizar a reprodução social do grupo familiar conforme será discutido nos próximos tópicos.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base de dados utilizados para essa reflexão é resultado de aproximadamente 09 anos de estudos sobre os desdobramentos da política pública de produção de biodiesel com a participação da agricultura familiar no fornecimento de matéria-prima para as agroindústrias processadora de agrocombustíveis.

Os estudos iniciaram no ano de 2010 durante a realização do mestrado. Nessa etapa adotamos o método etnográfico para apreender as práticas sociais cotidianas das famílias dos agricultores assentados na condição jurídica de parceiros rurais da usina de biodiesel. A pesquisa de campo teve uma duração de seis meses e nos possibilitou compreender a natureza dos conflitos que se davam no interior dos grupos sociais, bem como, entender a importância dos laços de solidariedade entre os grupos que vieram da mesma origem geográfica. Com efeito, tais dados contribuíram para lançar luzes sobre as ressignificações dos modos de vidas dos agricultores que passavam por profundas transformações sociais num determinado espaço e tempo socialmente construído por uma determinada política pública.

O segundo momento ocorreu no período de 2012 a 2015 com a participação de equipe multidisciplinar de profissionais das Ciências Humanas e Ciência Agrária na condição de pesquisadores e consultores do projeto de cooperação técnica para o Desenvolvimento Econômico Territorial na região da Serra da Capivara, abrangendo também, as terras do NPSC. Nesse período, a equipe de agrônomos autores desse capítulo, levantamos informações que resultou na organização de um banco de dados para uso de relatórios técnicos sobre os impactos das estratégias de extensão rural adotadas pela Programa do Biodiesel para dar subsídios à análise da implementação da política pública do biodiesel no estado do Piauí. Ao todo foram 18 entrevistas com as lideranças comunitárias das células de produção e coleta de dados qualitativos através da técnica de grupos focais com todos os agricultores assentados e extensionistas rurais contratados pela empresa parceira.

O terceiro momento ocorreu no ano de 2018, durante a realização da pesquisa para o doutoramento. Para a compreensão da realidade social dos agricultores familiares que permaneceram no NPSC realizamos 10 entrevistas semi-estruturadas com os agentes estatais, agentes privados, ex-extensionistas rurais e atores das organizações sociais ligados à agricultura familiar e que estiveram no centro do debate sobre os resultados alcançados pela implementação do programa do biodiesel no estado do Piauí. Além das entrevistas, o campo também proporcionou a construção de um diário de campo, técnica

de pesquisa que se mostrou importante para a análise dos processos sociais dos discursos dos sujeitos pesquisados.

Durante a análise do conteúdo das entrevistas com os atores sociais, não perdemos de vista a estratégia da construção de sentidos atribuídos às práticas sociais dos agricultores, objetivando rigor na explicitação do processo de interpretação das práticas discursivas, rigor baseado em uma objetividade dialógica e como parte de um processo intersubjetivo de interpretação, ou seja, o processo de interpretação aqui é tomado como circular e inacabado (SPINK; LIMA, 2000).

4 | EXTENSÃO RURAL INSUSTENTÁVEL NO PROGRAMA DO BIODIESEL

Quando o assunto é discutir as problemáticas da extensão rural convencional, Caporal (2006) ressalta que os resultados negativos causados pela prática adotada pela Extensão Rural, baseada no modelo de desenvolvimento vigente naquele momento, foram alvo de estudos, avaliações e proposições alternativas, que partiram tanto de grupos de resistência que estavam dentro das entidades de extensão, como, principalmente, de setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas e de organizações de representação dos agricultores. Nesse contexto, podemos citar as contribuições do autor Paulo Freire (1983) que criticou o processo educacional e da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialética entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re) valorização da cultura local.

Diante os vários impactos sociais decorrentes das mudanças nos modos de vidas dos agricultores parceiros da usina de biodiesel no Piauí, a mais significativa foi o abandono de cultivos alimentares para se dedicarem aos monocultivos mamona. Os agricultores manifestaram seu descontentamento com o modelo de calendário agrícola imposto para empresa. Ao nos referimos ao termo imposição, estamos afirmando que não houve, em momento algum, uma proposta de operação participativa para as atividades de extensão rural promovida para a sua implementação.

Os extensionistas rurais contratados pela usina não levaram em consideração experiências passadas dos agricultores parceiros. E, estes últimos, acionaram um vasto repertório de resistências cotidianas para manterem seus modos de vidas anteriores ao assentamento como símbolo de manutenção das suas culturas. Eles se agarraram à sua cultura produtiva e às formas de se relacionarem como o mercado, tornando-a intocável na luta pela reprodução social do grupo naquele espaço de moradia e produção. De acordo com Almeida (1992, p.132) "o trabalho de extensão rural perde em eficiência se não entender a cultura da população trabalhada e se o trabalho não estiver em harmonia com a mesma". E, de fato, a empresa não conseguia lograr resultados satisfatórios no projeto de produção.

Corroborando com o debate Almeida (1992) ressalta que, embora a extensão rural seja entendida como um fenômeno universal de atendimento ao produtor rural é preciso que estejamos atentos para as particularidades demandas pelos diversos grupos sociais. E nesse aspecto, os técnicos agrícolas e/ou agrônomos que desenvolviam as atividades cotidianas com os agricultores parceiros não conseguiram lançar olhares menos tecnicistas sobre as dimensões subjetivas que compõe as atividades de extensão rural.

O fato de não terem levando em consideração as particularidades e necessidades dos grupos sociais implicados diretamente nesses processos de mudança ou de adaptação à novos modelos de produção impactou negativamente no alcance da meta social do programa.

Os dados apontaram que, o não reconhecimento do saber local impossibilitou a construção de novos saberes e, certamente, impediu que a extensão comunicasse a sua mensagem dentro do grupo no assentamento. De um lado, os extensionistas rurais não abriam mão dos seus conhecimentos técnicos, ofertados em pacotes prontos e acabados e do outro lado, os agricultores que não aceitavam a imposição de um calendário agrícola que não levasse em consideração seus acervos de conhecimentos interiorizados.

A entrada no mercado do biodiesel pela agricultura familiar vulnerável foi marcada pela subordinação às regras estabelecidas pelas cadeias globais de valor. Para estes, foram exigidas as mesmas condições de escala e regularidade de produção definidas para os agricultores produtores de mercadorias. Isso demonstra que o modo de produção familiar dos pesquisados constitui expressões diferenciadas das relações no que se refere ao mercado e que essa variável contribuiu para a consolidação do programa junto a determinado grupo de agricultores em detrimento de outros. Ao adotar a estratégia de implementação baseada na lógica de produção voltada exclusivamente para o mercado, os extensionistas rurais se depararam com o desafio de fazer com que o grupo de agricultores considerados pobres e vulneráveis compreendesse essa lógica incompatível com seus modos de vida. Esse desencontro foi responsável por parte dos conflitos sociais e identitários que ocorreram durante a implementação do NPSC no Piauí.

Os desafios apresentados pelo PNPB para a inclusão produtiva dos agricultores familiares pobres no mercado do biodiesel estão ligados a seletividade no âmbito da sua implementação. O exercício do poder discricionário conferido aos agentes de extensão rural tornou-se uma estratégia de inclusão e exclusão, ou seja, a partir dos critérios subjetivos desses agentes, adotam estratégias que levaram a inclusão dos agricultores mais capitalizados e exclusão dos mais vulneráveis.

Entendemos que a resistência desses agricultores demarcou cisão entre as expectativas do grupo e a realidade de uma extensão rural insensível ao bem estar individual e coletivo. Essa cisão tornou-se um problema para a implementação SCS, porque os extensionistas rurais são a materialização do estado, ou seja, política pública do biodiesel junto aos agricultores familiares. Em outras palavras, eles são as principais interfaces entre

o Estado, iniciativa privada e os beneficiários do programa. Para Lipsky (1976) na teoria dos "burocratas de nível rua" o autor é sensível os dilemas individuais dos funcionários que trabalham diariamente com as políticas em seu nível operacional, que lidam diretamente com o público dessas políticas e também com os conflitos decorrentes dessas interações.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de inclusão produtiva dos agricultores famílias no mercado do biodiesel no estado do Piauí fracassou por diversas variáveis, mas a que se apresentou mais relevante para a nossa reflexão diz respeito ao modelo de desenvolvimento rural fundamentado em atividades de extensão rural convencional que desconsideram práticas tradicionais peculiares ao modo de vida da agricultura familiar camponesa. Como resposta a imposição e pressão para implementar um modelo de produção que não dialogava com seus modos de vida, centenas de agricultores parceiros da usina abandonaram o cultivo da mamona como estratégia de resistência.

A entrada no mercado do biodiesel pela agricultura familiar vulnerável foi marcada pela subordinação às regras estabelecidas pelas cadeias globais de valor. Para estes, foram exigidas as mesmas condições de escala e regularidade de produção definidas para os agricultores produtores de mercadorias. Isso demonstra que o modo de produção familiar dos pesquisados constitui expressões diferenciadas das relações no que se refere ao mercado e que essa variável contribuiu para a consolidação do programa junto a determinado grupo de agricultores em detrimento de outros.

Por fim, a ausência de diálogo e sensibilidade do programa, no que diz respeito ao modelo de extensão rural adotado pela usina, gerou insatisfação e resistência, contribuindo assim, para o não atingimento da meta social do programa que era a inclusão produtiva da agricultura familiar mais vulnerável do Nordeste, com destaque para a experiência estudada no NPSC.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (org). **Biocombustíveis - A energia da controvérsia**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

_____, v.26, n. 68, p.347-362, Maio/Ago. 2013.

ALMEIDA, A. Joaquim. **Extensão Rural na Perspectiva Sócio-Antropológica**. Ci. Flor. Santa Maria, V.2, n.1, p.133-139. Ano. 1992.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. **Anuário estatístico brasileiro de petróleo, gás natural e biocombustíveis**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: www.anp.gov.br. Acesso em: 25 mar. 2018.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida.** São Paulo, 1987.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados.** In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Ed. Bagaço, 2006. p. 9-34.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Yumi Kawamura; FAVARETO, Arilson; ABRAMOVAY, Ricardo. **Estruturas sociais no semiárido e o mercado de biodiesel.** *Cad. CRH [online]*. 2013, vol.26, n.68, p.347-362. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200009>.

HOUTART, François. **A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?** Francisco Morás (trad.). Petrópolis: Vozes, 2010.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service.** New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LUNARDI, J. C. T. **O Campesinato tradicional e a indústria de biodiesel: integração subordinada no Sul do Brasil - 2003/2008.** 2008. 169 p. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2011.

MATTEI, L. **Programa Nacional para produção e uso do biodiesel no Brasil (PNPB): Trajetória, situação atual e desafios.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 41, n. 4, p.731-740, out./dez. 2010. Biblioteca(s): Embrapa Semiárido.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 2016.** Retifica a Portaria nº 337 de 18 de setembro de 2015 que Dispõe sobre a alteração das aquisições de matérias-primas oriundas das cooperativas agropecuárias do agricultor familiar. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_873/Portaria%20MDA%20n%C2%BA%204_2016%20Retifica%20a%20Portaria%20MDA%20337.pdf. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Instrução Normativa nº 02, de 30 de setembro de 2005.** Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao enquadramento de projetos de produção de biodiesel ao selo combustível social. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_627/IN%2002%20-%202005%20MDA.pdf. Acesso em: 16 mar. 2010.

SPINK, M.J.; LIMA, H. **Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z

Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 